



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana		
Reunião: 21ª Ordinária	Sessão legislativa: 2ª	Legislatura: 19ª
Data: 28/6/22		
Horário de início: 13h53min		Horário de encerramento: 16h43min
Local: Plenário Amyntas de Barros		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência do vereador Wanderley Porto e com a presença da vereadora Duda Salabert e do vereador Professor Juliano Lopes, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação das atas da 17ª e da 19ª reuniões ordinárias, realizadas em 31/5 e 14/6/22, respectivamente.

Após aprovação, por unanimidade, da inversão da ORDEM DOS TRABALHOS, passou-se à apreciação do seguinte item:

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 1.103/22 - pedido de informação ao “Prefeito, Fuad Noman,” e ao “Secretário Municipal de Política Urbana, João Antônio Fleury,” para “obter informações a respeito do imóvel localizado na Rua Ajair de Almeida Costa, 540, bairro Mantiqueira”. Autoria: vereador Nikolas Ferreira.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Aprovado por unanimidade.

2) Requerimento de Comissão nº 1.104/22 - realização de Visita Técnica para “identificar nascentes e realizar estudos para a criação do Parque Ciliar do Cercadinho na Rua Engenheiro Carlos Goulart, em frente à sede da BHTrans, no Estoril”, no dia 7/7/22, às 9 horas, no local mencionado. Autoria: vereadora Duda Salabert.

Aprovado por unanimidade.

3) Requerimento de Comissão nº 1.110/22 - realização de Visita Técnica para “verificar as condições físicas e de funcionamento do Parque Guilherme Lajes e verificar a possibilidade da implantação de uma base de treinamento do Grupo de Operação com Cães (GOC) da Guarda Civil Municipal no local”, no dia 13/7/22, às 9h30min, na Rua Angola, nº 665, no Bairro São Paulo. Autoria: vereador Rubão.

Aprovado por unanimidade.

4) Requerimento de Comissão nº 1.174/22 - realização de Audiência Pública para “discutir sobre pouso e decolagem de helicópteros no município de Belo Horizonte”, no dia 5/7/22, às 13h40min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereador Léo.

Aprovado por unanimidade.

5) Deliberação - alteração de data, horário e local da Audiência Pública para “debater os riscos socioambientais para o município de Belo Horizonte frente à implantação de novos empreendimentos minerários, em especial no tocante à Mineração Gute Schit Ltda”, aprovada pelo Requerimento de Comissão nº 938/22, para o dia 26/7/22, às 13h40min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereadora Duda Salabert.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Aprovada por unanimidade.

OUTROS ASSUNTOS DA COMISSÃO

O presidente deu ciência à comissão do recebimento dos ofícios em resposta aos requerimentos de comissão nºs 467, 637, 677, 702, 758, 809, 810, 839 e 901/22.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Finalidade: discutir a cessão à iniciativa privada do Zoológico, do Jardim Botânico, do Aquário do Rio São Francisco e do Parque Ecológico da Pampulha

Requerimento de Comissão nº: 944/22

Autoria: vereadora Duda Salabert e vereador Wanderley Porto

O presidente leu a lista atualizada de convidadas e convidados para a audiência pública.

Compuseram a mesa: 1) o coordenador administrativo do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte - Sindibel, Israel Arimar de Moura; 2) o gerente do Jardim Zoológico, Humberto Espírito Santo de Melo.

Registre-se que demais convidadas e convidados participaram remotamente ou, quando de forma presencial, tomaram assento nas cadeiras do plenário.

O presidente informou que, ao saber pesquisa de mercado para concessão do Zoológico de Belo Horizonte, resolveu realizar a presente audiência para debater o assunto. Afirmou que esta é uma oportunidade para que protetores da causa animal, servidoras e servidores e o próprio Sindibel discutam antecipadamente o assunto com a Prefeitura de Belo Horizonte - PBH. Comunicou não ser contrário a parcerias público-privadas - PPPs, haja vista as melhorias trazidas para as áreas da Saúde e da Educação, mas que é necessário analisar o que ocorrerá com os animais e com as servidoras e os servidores caso seja firmada a referida concessão.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Anunciou a fala do vereador Professor Juliano Lopes, que teria que se ausentar em seguida.

O vereador Professor Juliano Lopes parabenizou a vereadora e o vereador que requisitaram a presente audiência pública. Declarou que esse é o primeiro passo para a discussão de um assunto que será tema de debates nos próximos meses. Afirmou que, caso seja criado um projeto de lei, parlamentares poderão apresentar emendas. Defendeu que as decisões levem em conta o que for melhor para a cidade e para as pessoas envolvidas.

Registre-se a presença da vereadora Marcela Trópia, que não integra a comissão.

A vereadora Duda Salabert noticiou que, logo no início de seu mandato, ela e outros parlamentares tentaram instituir uma comissão para tratar da venda, do comércio e dos direitos dos animais. Declarou que não foi possível avançar, pois alguns setores da Casa buscaram silenciar essa luta, mas que essa demanda será retomada. Disse que já tinha conhecimento de que a PBH pretendia privatizar o zoológico. Afirmou ser contra essa possibilidade em vista do cenário de emergência climática e da maior crise socioambiental vista no planeta. Registrou que, segundo estudos, cerca de 50% da biodiversidade do planeta serão perdidos nos próximos 30 anos. Disse que, segundo informações obtidas, quem assumiria o Jardim Zoológico de Belo Horizonte seria um grupo que responde a vários processos por violação dos direitos dos animais. Referiu-se ao caso da importação de 18 girafas após privatização de zoológico no Rio de Janeiro, das quais 3 já morreram. Disse temer que, com a privatização, o aspecto da conservação tenha que ser aliado à mercantilização e pautado pela preocupação com lucros. Declarou ser contra a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

exibição de animais exóticos, como orcas e ursos polares, em nome do entretenimento e do lazer. Observou que é preciso preservar a relação afetiva da população com o zoológico e também de servidoras e servidores que trabalham no local há mais de 30 anos. Defendeu que o prefeito Fuad Norman mude de ideia quanto à concessão.

O presidente registrou a presença da representante da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica - FPMZB - Jardim Zoológico de Belo Horizonte, Valéria do Socorro Pereira.

Valéria Pereira comunicou que trabalha há mais de 30 anos no zoológico, que existe há 63 anos. Noticiou que a instituição cuida de espécies brasileiras e não exóticas e é referência nacional e internacional por suas ações de conservação e por seu corpo técnico qualificado. Acrescentou que a equipe é multidisciplinar e busca constante capacitação e aprimoramento no Brasil e no exterior. Disse que a instituição possui importantes ações de educação ambiental para a população que mora no entorno da Fundação e para o público rotativo que visita as instalações. Defendeu a importância dos zoológicos para a conservação de espécies, citando episódio recente de queimada no Pantanal em que zoológicos tiveram papel fundamental. Informou que o Zoológico de Belo Horizonte é destaque em várias ações de conservação, como na manutenção e criação da única família de gorilas que se reproduz da América Latina. Elogiou o trabalho de tratadores e demais profissionais da equipe que dedicam suas vidas aos animais. Mencionou a importância do local para a conservação de animais, plantas e também como instituição de pesquisa. Disse que o local não pode se transformar em instituição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

meramente turística e que objective somente o lucro. Observou que o bem-estar dos animais deve ser sempre preservado.

Israel Arimar informou que o Sindibel está interessado em discutir a situação das trabalhadoras e dos trabalhadores, já que esse é seu papel. Disse que, no entanto, o sindicato também se coloca no papel de sociedade, pois o zoológico faz parte da organização social da cidade. Afirmou ser contra visitas guiadas à noite, tendo em vista que os animais já ficam estressados durante o dia. Explicou que, de acordo com o entendimento do Sindibel, não deveria haver animais presos em zoológicos e espera que não haja demissões. Apontou que, no caso de transferência de servidoras e servidores efetivos, o procedimento deve ser discutido previamente, sem pressa ou imposição. Observou que Belo Horizonte já possui poucas áreas de lazer e questionou se, com a privatização, pessoas de baixa renda ainda conseguirão usufruir desses espaços. Perguntou como será o tratamento dos animais, uma vez que, hoje, são cuidados com bastante dedicação pelos profissionais. Sugeriu que o tema seja amplamente debatido com a sociedade e com a equipe.

O presidente registrou a presença remota do gerente de pesquisa da Organização Não Governamental - ONG - Ampara Silvestre, Mauricio Forlani.

Mauricio Forlani disse que a presente discussão é muito pertinente. Perguntou qual o papel do zoológico para a sociedade e, principalmente, para os animais, pois eles são submetidos àquela rotina. Questionou a transferência de gestão do local à iniciativa privada. Registrou seu respeito às funcionárias e aos funcionários do zoológico, mas questionou as atribuições do local e o que realmente se aprende naquele espaço. Disse que, antigamente, a falta de tecnologias conferia



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

sentido à existência de zoológicos, mas que, atualmente, faz-se necessário discutir o propósito de uma instituição que apenas cria animais em cativeiro. Enfatizou que o termo *conservação* deve ser muito bem definido, pois nem todas as pessoas o entendem e o aplicam da mesma maneira. Perguntou qual o plano para que a família de gorilas, mencionada por Valéria Pereira, seja levada para a natureza. Afirmou que a importação das 18 girafas ao Brasil ocorreu sob uma suposta ideia de conservação. Questionou se tal ação configura conservação ou tentativa de atrair lucro. Reforçou que os papéis da instituição na sociedade devem estar bem claros.

A vereadora Duda Salabert agradeceu a Mauricio Forlani por mostrar em sua fala a complexidade do tema.

O presidente registrou a presença do representante do Sindibel, Adão Rodrigues da Silva.

Adão Rodrigues concordou em parte com a fala de Mauricio Forlani. Informou que é funcionário da FPMZB de Belo Horizonte há 15 anos. Disse que o zoológico e o jardim botânico não cumprem o que prometem em relação ao pilar da Educação e que o primeiro deveria ser um zoológico santuário. Declarou ser contra a concessão, pois o ato de conservação não gera lucros. Apontou que Belo Horizonte poderia agir de forma inovadora, pois conta com profissionais bastante experientes e reconhecidos internacionalmente. Registrou que, desde os três últimos anos da gestão de Marcio Lacerda até os dias atuais, o zoológico tem recebido recursos apenas para a manutenção de algumas áreas. Disse que não se deve pensar apenas em lucro, mas também no trabalho de educação com jovens e entidades de preservação ambiental. Declarou que os visitantes reclamam da situação precária do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

local, mas que isso não é culpa de quem trabalha na instituição. Por fim, questionou onde as funcionárias e os funcionários serão realocados após a cessão.

O presidente registrou a presença remota do advogado e pesquisador da Universidade Federal do Paraná - UFPR, Yuri Fernandes Lima.

Yuri Fernandes anunciou que centraria sua fala no campo do Direito Animal, que é sua área de pesquisa e atuação. Informou que o Direito Animal é uma disciplina jurídica autônoma e possui alguns princípios, entre eles, a primazia da liberdade animal. Explicou que esse é um princípio infraconstitucional e defende que animais silvestres devem viver prioritariamente livres, não em zoológicos. Declarou que respeita quem defende a existência de zoológicos. Mencionou o caso das girafas que foram retiradas de seu *habitat* natural para serem encarceradas. Registrou que *educação animalista* também é um princípio do Direito Animal e questionou qual educação se pretende dar para crianças que visitam zoológicos. Apontou que, hoje em dia, é comum a produção de vídeos e fotos engraçados em zoológicos, mas disse que essa questão deve ser alvo de reflexão. Comentou a tipificação de crimes de maus-tratos e destacou que o cuidado com os animais precisar ser a prioridade, destacando que a gestão da iniciativa privada poderia dificultar tal ação. Enfatizou que a atividade privada visa ao lucro e que o cuidado com os animais não pode ficar subordinado a essa lógica. Disse considerar a cessão à iniciativa privada um retrocesso inaceitável, pois a situação, que já não é ideal, pode ficar ainda pior.

A vereadora Duda Salabert afirmou que a visão jurídica é importante para a discussão e mencionou que o Senado aprovou de projeto de lei que reconhece os animais como titulares de direitos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O presidente registrou a presença do analista de políticas públicas, Paulo Pereira Machado.

Paulo Machado reforçou a fala de Israel e de Adão Rodrigues e declarou a importância de se debater com trabalhadoras e trabalhadores e resguardar o processo da forma mais democrática possível. Disse ser contra a política de privatização e pediu que as trabalhadoras e os trabalhadores tenham suas demandas respeitadas e atendidas e que o debate seja ampliado.

O presidente registrou a presença remota da bióloga e coordenadora da Campanha The Donkey Sanctuary, Patrícia Tatemoto.

Patrícia Tatemoto declarou que os protocolos para assegurar o bem-estar animal devem ser levados a sério e informou que há ferramentas para medir, de forma objetiva, a saúde física e mental dos animais. Disse perceber que muitas instituições não medem a condição dos animais e mencionou estudos que comprovam que até peixes podem sentir dor, sendo muita responsabilidade manter animais sob tutela. Registrou que, segundo alguns artigos, até insetos possuem memória e vários animais têm níveis de conhecimento, cultura e moralidade. Informou que animais mantidos em cativeiro são estimulados a desenvolver comportamentos estereotipados, uma vez que as necessidades cognitivas não são estimuladas. Acrescentou que o estresse crônico faz com que esses animais tornem-se mais suscetíveis a desenvolver doenças que afetam humanos. Disse ser a favor de políticas públicas que garantam a qualidade de vida dos animais, bem como da utilização de ferramentas auditáveis. Questionou o cumprimento do pilar da conservação, já que os animais são mantidos em cativeiro sem reinserção na natureza. Argumentou que a melhor estratégia consiste em melhorar a proteção de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

habitats naturais, pois a vivência contínua em cativeiro não proporciona a adequada complexidade ambiental.

A vereadora Duda Salabert comentou a respeito da importância de se ouvirem cientistas, principalmente em época de tanto negacionismo.

O presidente registrou a presença da servidora pública da FPMZB, Maria Elvira Loyola Teixeira da Costa.

Maria Elvira Loyola comunicou que é funcionária do zoológico desde 1986 e vai se aposentar em breve. Informou que cerca de 30% da equipe do zoológico entrou no quadro funcional não porque queria ser servidor público, mas para trabalhar com conservação. Disse que tem certeza de que a grande maioria dos profissionais da instituição não quer trabalhar em outros locais, por melhores que eles sejam. Expôs que não transferir as pessoas para locais confortáveis não surtirá efeito, uma vez que esses não foram os lugares inicialmente escolhidos para o trabalho. Questionou a função de conservação de santuários, por entender que esses locais são zoológicos privados pertencentes a pessoas com alto poder aquisitivo, atendendo mais ao bem-estar pessoal de seus proprietários do que dos animais que ali residem. Declarou que as pessoas que trabalham com conservação gostam que animais vivam apenas soltos. Defendeu a preservação de *habitats* naturais, mas observou que, até que as áreas estejam preparadas para receber os animais, é preciso mantê-los vivos. Disse que a educação ambiental ocorre, em parte, graças ao aspecto emocional.

O presidente registrou a presença remota da representante do Fórum Animal, Vânia Plaza Nunes.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Vânia Plaza disse que santuários são locais que recebem animais vítimas de violência e maus-tratos. Acrescentou que tais lugares são promovidos pela sociedade civil organizada, que busca apoio na iniciativa privada para se manter. Informou que desconhece santuários que são locais de visitação em São Paulo. Declarou que é importante questionar a função dos zoológicos no mundo atual e afirmou que não existe conservação se os animais não podem voltar a seu ambiente natural. Apontou que o mais adequado é preservar os espaços, mas observou que tal ação exige grande investimento econômico. Comentou que participou de várias audiências públicas sobre privatização de zoológicos e pôde perceber que as pessoas interessadas em ampliar atividades de lazer e alimentação não estão preocupadas em melhorar a qualidade de vida de animais. Observou que há animais que, em vista de protocolos específicos, ficam fora da visão do público. Disse que, no século XXI, devem-se priorizar investimentos no combate ao tráfico de animais e na recuperação de ambientes, em vez de transformar zoológicos em estruturas complexas voltadas à reabilitação ou à manutenção de animais.

A vereadora Duda Salabert agradeceu a ampliação do debate a partir da fala de Vânia Plaza. Afirmou que buscará frear a privatização. Sugeriu que Belo Horizonte mude o nome do zoológico para Centro Ambientalista de Conservação para que a cidade seja referência no assunto.

O presidente registrou a presença da servidora da FPMZB, Karina Lúcia Pereira.

Karina Pereira, hoje cedida para o gabinete parlamentar do vereador Miltinho CGE, afirmou que muitos animais que vivem no zoológico não têm condições de voltar para a natureza. Disse que as atividades educativas desenvolvidas deveriam



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ser mais divulgadas, pois há trabalhos reconhecidos nacional e internacionalmente. Comunicou que o vereador Miltinho CGE, que é apaixonado por animais, foi o primeiro vereador a visitar e reconhecer o trabalho sério que é feito na FPMZB, mesmo sendo contra esse tipo de instituição. Comentou que todo o processo da concessão deve ser fiscalizado. Sugeriu que os zoológicos de São Paulo e do Rio de Janeiro sejam verificados para averiguar se a supremacia do interesse público foi mantida.

A vereadora Marcela Trópia declarou que a discussão é positiva. Informou que tem acompanhado os desdobramentos desde as primeiras decisões da PBH e anunciou que, como profissional formada pela Fundação João Pinheiro - FJP, considera importante diferenciar os conceitos de privatização, PPP e concessão, que são ações distintas. Explicou que: a) na privatização, a PBH abriria mão da posse do zoológico, ou seja, a posse do local não voltaria mais para o poder público; b) na modalidade PPP, o Estado não possuiria condições de manter a administração do equipamento, o que o levaria a delegá-la para um ente privado e pagar por uma parte. Disse que o caso do Mineirão é um exemplo de PPP; c) já na concessão, a prestação de serviço é transferida para o ente privado. Comunicou que a concessão das instituições em questão ainda está em fase de manifestação de interesse, ou seja, a PBH está escutando o que as empresas interessadas têm a oferecer. Informou que não haverá aumento da tarifa de entrega e os recursos para manutenção virão de outras fontes, como da tarifa do estacionamento. Registrou que há vários modelos de concessão e as regras são firmadas em contrato. Disse que a PBH vai buscar um modelo de contrato inteligente com a empresa ganhadora, que será firmado por tempo determinado e poderá ser rompido a qualquer momento



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

em caso de algum descumprimento ou insatisfação. Anunciou que a legislação municipal autoriza a PBH a fazer concessões de uso sem autorização legislativa. Informou que, no caso de privatização propriamente dita, a autorização legislativa é obrigatória. Sugeriu a separação entre o usufruto do espaço público e a preservação, como feito em outros locais, de modo que o poder público continue a fazer a parte da conservação. Declarou que a intenção de suas considerações é fazer com que se usem as palavras certas e se evitem mensagens equivocadas. Disse que aprendeu muito com as falas apresentadas na presente reunião e que continuará acompanhando as discussões.

A vereadora Duda Salabert informou que também é formada em Administração Pública.

O presidente registrou a presença remota do presidente da FPMZB e Belo Horizonte, Sérgio Augusto Domingues.

Sérgio Domingues falou sobre sua atuação profissional até se tornar presidente da FPMZB, a qual não conta apenas com o zoológico, mas também com o aquário e o jardim botânico. Afirmou que é possível seguir tranquilamente por meio do diálogo, apesar dos desacordos. Declarou que, em Belo Horizonte, não se compram animais sem saber a origem e cerca de 70% são oriundos de parcerias. Citou o caso do lobo-guará que foi atropelado em via da cidade e levado ao zoológico para socorro imediato. Destacou que Belo Horizonte segue as melhores práticas de cuidado com animais e disse que a equipe técnica é referência no Brasil e no mundo. Afirmou que o modelo de concessão que se espera é para modernizar as instalações atuais. Agradeceu à vereadora Marcela Trópia pela explicação brilhante. Informou que primeiro as empresas serão ouvidas e depois haverá uma



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

consulta pública, que poderá durar o tempo que for necessário, pois não há pressa. Comentou que os restaurantes e as lanchonetes estão com estruturas muito comprometidas e as escolas e famílias encontram-se sem opções viáveis de alimentação. Acrescentou que a bilhetagem e a movimentação de veículos e pessoas também podem melhorar. Falou sobre o corredor ecológico criado na Serra do Curral e a importância das pesquisas para manejo da fauna. Disse que estão em busca da melhor estratégia para servidoras e servidores e que o diálogo com o Sindibel está aberto. Registrou que houve uma reunião com o sindicato nesta semana.

Às 15h53min, o presidente prorrogou a reunião por uma hora.

Sérgio Domingues informou que uma empresa terceirizada já é responsável por desempenhar uma parte dos trabalhos, como é o caso da bilhetagem e da faxina. Disse que há parcerias com universidades e que estão sempre prontos para visitas técnicas de vereadoras e vereadores. Acrescentou que estão submetidos a um crescente número de certificações nacionais e internacionais. Falou a respeito da relação entre saúde única e doenças zoonóticas. Declarou que a concessão só será bem-vinda se for para trazer melhorias e investimento.

O presidente registrou a presença da presidenta do Direito Animal Brasil, Gabriela Maia.

Gabriela Maia disse que os conceitos de concessão e privatização são a menor de suas preocupações, pois é necessário priorizar o bem-estar dos animais. Referiu-se à fala da vereadora Marcela Trópia sobre a possibilidade de cancelamento do contrato de concessão, caso as condições não sejam satisfatórias, questionando o que acontecerá com os animais até a efetivação do cancelamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Afirmou que a sua visão a respeito do zoológico é diferente da relatada por Sérgio Domingues. Citou tese de mestrado de uma pesquisadora que fez estágio no Zoológico de Belo Horizonte, a qual concluiu que a presença do público aumenta a pressão sonora nas áreas de visitação. Expressou que, independentemente do que for feito, é preciso exigir que os animais sejam bem cuidados, pois não são meros seres para entretenimento e conservação da espécie. Disse que é preciso que os Municípios garantam os direitos dos animais e acrescentou que pode contar com a vereadora Duda Salabert e com o vereador Wanderley Porto.

A vereadora Duda Salabert agradeceu a Gabriela Maia pela luta.

Humberto de Melo declarou que uma possível mudança de nome não é tão importante, pois a conduta da instituição ultrapassa qualquer nomenclatura. Comunicou que todas as instituições intituladas bioparque são registradas como jardim zoológico. Destacou que o importante são os valores, a prática e a conduta. Disse que é servidor público do zoológico há 29 anos e que possui larga formação acadêmica e treinamento internacional, além de ser consultor ambiental. Informou que o Zoológico de Belo Horizonte foi responsável por trazer para o Brasil o conceito de enriquecimento ambiental. Afirmou que funcionárias e funcionários de todos os níveis prezam pelo bem-estar animal e que a credibilidade nacional e internacional da instituição deve-se à equipe de profissionais. Expôs que o pilar da conservação é levado muito a sério e o zoológico possui mais de 19 ações de conservação, além de existir termo de cooperação com várias instituições. Disse que, embora ninguém goste de ver animais presos, os zoológicos ajudam a preservar espécies, como é o caso dos gorilas. Exemplificou que, graças a zoológicos, o mico-leão-dourado voltou para pontos da Mata Atlântica. Declarou que incluiria o pilar da sustentabilidade em



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

um mundo ideal onde todos os animais fossem livres. Apontou que falta divulgação para que as pessoas entendam melhor o trabalho realizado pela instituição que a intuição faz. Registrou que a instituição possui representação em várias associações nacionais e internacionais. Afirmou que o tema é complexo e que é preciso pensar em um plano que ofereça vida digna aos animais dentro de um propósito de conservação e educação.

O presidente registrou a presença remota da assessora jurídica da PBH Ativos S.A., Mayana Leôncio Moraes de Assis.

Como Mayana Leôncio estava com um problema técnico em seu telefone, o presidente leu a manifestação dela por meio de *chat*, dizendo que concordava com a fala de Sérgio Domingues.

O presidente registrou a presença remota da assistente administrativa da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica de Belo Horizonte, Liliane Helena Evangelista da Silva Dutra.

Liliane Dutra perguntou se a falta de investimentos nos locais, desde a gestão de Marcio Lacerda, foi pensada de forma proposital para que, no futuro, uma concessão fosse aceita em nome do bem da população. Afirmou que só é possível preservar aquilo que se ama. Elogiou a declaração de que a regra do contrato vai levar em conta toda a complexidade do local, mas afirmou que tal procedimento é muito difícil de ser alcançado. Registrou que, no Rio de Janeiro e em São Paulo, o ingresso do zoológico é R\$75,00 e perguntou se Belo Horizonte mantém o mesmo valor. Parabenizou a realização da presente audiência pública e disse estar à disposição.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A vereadora Duda Salabert agradeceu as participações e as distintas visões apresentadas sobre o tema. Parabenizou o vereador Wanderley Porto e sua assessoria pela defesa da saúde única e dos direitos dos animais. Informou que participa de reuniões com estudiosos sobre zoológicos e santuários há um ano e declarou ser opinião comum que não existe nenhum modelo bem-sucedido de concessão ou privatização de zoológicos. Solicitou que o prefeito Fuad Norman a convença de que a concessão em Belo Horizonte será positiva para os animais, a sociedade e a cidade. Citou o exemplo de Cali, na Colômbia, que é um modelo a ser seguido. Disse que a opção pela concessão vai violar a vocação do zoológico. Declarou que a pandemia e a crise sanitária não conseguiram melhorar a consciência das pessoas e disse que se sente impotente ao buscar uma sociedade utópica. Afirmou que não existe educação ambiental, enquanto os animais estiverem naquelas condições, mas disse respeitar as trabalhadoras e os trabalhadores que fazem um trabalho admirável no zoológico. Comunicou que a luta contra a concessão é muito importante e afirmou que não medirá esforços para lutar contra essa questão.

O presidente registrou que aprende muito ao dividir a legislatura e ao participar da comissão junto à vereadora Duda Salabert. Agradeceu a participação de convidadas e convidados e de todas as equipes envolvidas na realização da reunião.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.

